

Deputado Gustavo Gayer alvo de operação da PF por suspeita de desvio de verbas públicas para empresas privadas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 25, 2024



A Polícia Federal deflagrou nesta quarta-feira (25) a Operação Discalculia, que investiga um esquema de desvio de recursos públicos de verbas parlamentares para financiar empresas particulares. Entre os alvos da operação está o deputado

federal Gustavo Gayer (PL-GO), que teve seu celular apreendido durante as buscas realizadas em seus endereços.

De acordo com as investigações, Gayer é suspeito de ser o personagem central do esquema, desviando dinheiro público para irrigar suas empresas privadas, como uma escola de inglês e uma loja de camisetas em Goiânia, além de entidades sociais “de fachada”. A Procuradoria-Geral da República (PGR) concordou com as buscas, que foram autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

As suspeitas apontam que o deputado e seus assessores teriam participado ativamente da criação e manipulação de entidades fictícias para desviar verbas por meio de emendas parlamentares. Gayer é descrito como a figura que liderava as operações tanto em seu gabinete parlamentar quanto nas empresas privadas associadas a ele e à sua família. Assessores parlamentares teriam sido coordenados para administrar essas atividades, mascarando o envolvimento do deputado com o uso de “testas de ferro” para operar as empresas.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, Gustavo Gayer afirmou ter sido acordado às 6h com sua porta “sendo esmurrada pela Polícia Federal”. Ele questionou o timing da operação, ocorrida a poucos dias do segundo turno das eleições, mesmo não sendo candidato. O deputado alegou que o inquérito foi aberto no mês passado e que não havia informações claras sobre o que se tratava. Gayer também mencionou que alguns de seus assessores foram alvo de busca e apreensão.

A operação, batizada de “Discalculia” em referência a um transtorno de aprendizagem relacionado a dificuldades com matemática, cumpriu 19 mandados de busca e apreensão em Brasília (DF) e em quatro cidades de Goiás: Cidade Ocidental, Valparaíso, Aparecida de Goiânia e Goiânia. Até o momento, não há mandados de prisão expedidos.

Os crimes investigados pela Polícia Federal incluem associação

criminosa, falsidade ideológica, falsificação de documento particular e peculato. As investigações identificaram ainda uma ata falsificada nos documentos de criação de uma das organizações sociais envolvidas no esquema, contendo nomes de crianças com idades entre 1 e 9 anos no quadro social da entidade.

O caso expõe a necessidade de uma fiscalização rigorosa sobre o uso de recursos públicos por parte dos parlamentares, garantindo que as verbas sejam destinadas ao interesse da população e não desviadas para benefício pessoal. A operação ressalta a importância do trabalho investigativo das autoridades na identificação e combate à corrupção e aos desvios de conduta de agentes públicos.

Cabe agora à Justiça analisar as provas coletadas e determinar as medidas cabíveis contra os envolvidos no esquema. A sociedade espera que os responsáveis sejam devidamente responsabilizados, contribuindo para o fortalecimento da integridade e da transparência na administração pública.

Fonte: [G1 – Blog da Camila Bomfim](#)